

Cenário de desenvolvimento da vida humana e reflexões sobre o aborto

Wilson Paloschi Spiandorello¹

Resumo

Este artigo reflete sobre o aborto com uma visão pouco explorada, que abrange todas as fases da formação do ser humano. Analisa o reconhecimento moral da existência do ser humano, por estar fundamentando tomadas de decisões para a justificativa de aborto. A seguir, procura classificar a reprodução em três processos distintos e bem delimitados: pré-fecundação, gravidez e manutenção. Por ser filosófico, procura mostrar a reprodução como processo que se desenvolve ao longo do tempo. Sob essa visão, o reconhecimento moral da existência do ser humano perde a importância que lhe é atribuída e justifica a realização de aborto em casos especiais. O artigo objetiva classificar o processo de criação do ser humano e a sua análise lógica sem, no entanto, se aprofundar nas discussões éticas inerentes a cada fase.

Palavras-chave: Reprodução. Gravidez. Acontecimentos que mudam a vida. Aborto. Resultado da gravidez.

Resumen

Escenario para el desarrollo de la vida humana y reflexiones sobre el aborto

En este artículo se reflexiona sobre el aborto con una visión poco explorada que abarca todas las etapas de formación del ser humano. En primer lugar, se analiza el reconocimiento moral de la existencia humana, fundamentando tomas de decisiones para la justificación del aborto. A continuación, procura clasificar la reproducción en tres procesos distintos y bien definidos: antes de la concepción, embarazo y mantenimiento. Siendo un artículo filosófico, trata de mostrar la reproducción como siendo procesos que se desarrollan a lo largo del tiempo. Bajo este punto de vista moral, el reconocimiento de la existencia humana pierde la importancia que le es atribuida y justifica la realización del aborto en casos especiales. El artículo tiene por objeto clasificar el proceso de creación del ser humano y su análisis lógico, pero sin profundizar en los debates éticos relacionados con cada fase.

Palabras-clave: Reproducción. Embarazo. Aborto. Acontecimientos que cambian la vida. Resultado del embarazo.

Abstract

Background of the development of human life and reflections about abortion

This article reflects upon abortion with a little explored vision that covers all stages of the human being development. It analyzes the moral recognition of the human being, since it is based on decision-making processes in order to justify abortion. Following that, it tries to classify the reproduction in three different and well-defined procedures: pre-conception, pregnancy and maintenance. Due to its philosophical nature, it intends to demonstrate the reproduction as a processes that develops over time. Under this view, the moral recognition of the human being existence loses the importance attributed to it and justifies the completion of abortion in special cases. The article aims to describe the process of the human being creation and its logical analysis without, however, deepening in ethical discussions part of each stage.

Key words: Reproduction. Pregnancy. Life change events. Abortion. Pregnancy outcome.

1. **Doutor** wilsonspiandorello@yahoo.com – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul/RS, Brasil.

Correspondência

Rua Lionilda Fassoli Zatti, 201, Casa 4 Jardelino Ramos CEP 95050-250. Caxias do Sul/RS, Brasil.

Declara não haver conflito de interesse.

Janvier e colaboradores¹ apresentaram o caso de um bebê criticamente doente, portador de trissomia 18 e defeito ventricular septal, a dois neonatologistas experientes em bioética e a um dos pais, visando discutir acerca de valores, futilidade, sobrecarga de tratamento, custo-efetividade e justiça – os quais não concordaram sobre a conduta correta a ser realizada. Como esta, muitas outras questões poderiam ser citadas mostrando a falta de concordância entre as pessoas quanto a casos que envolvem o poder humano, a vida e a morte.

Segundo Kaposy², o debate filosófico sobre a ética do aborto leva a um dilema: em uma direção, analisa-se o momento em que o feto adquire o direito moral de ter sua vida protegida; em outra, avalia-se a obrigação de a mulher grávida permitir ao feto utilizar o seu corpo para se desenvolver. Em seu entender, os dois assuntos são debatidos pelos filósofos com base em intuições e analogias, cujos argumentos são fracos para decidir assunto tão importante. Considerando que Kaposy esteja correto e estejamos frente a obstáculos intransponíveis, seria lógico procurar por outros para a solução do impasse. Com esse pensamento, desenvolveu-se este estudo, que propõe novo rumo que poderá beneficiar o ser humano e, por isso, merece continuar sendo analisado.

O reconhecimento do início da vida humana

Não há um único momento a partir do qual o homem reconhece a existência da vida humana. Porém, na cultura ocidental, exceto em comunidades minoritárias, se considera que o começo está contido no período gestacional. Esse período inicia-se com a fecundação do óvulo pelo espermatozoide e se estende até o nascimento, com vida, e dura aproximadamente nove meses. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), nascido vivo *é a expulsão ou extração completa do corpo da mãe, independentemente da duração da gravidez, de um produto de concepção que, depois da separação, respire ou apresente qualquer outro sinal de vida, tal como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical ou movimentos efetivos dos músculos de contração voluntária, estando ou não cortado o cordão umbilical e estando ou não desprendido da placenta. Cada produto de um nascimento que reúna essas condições se considera como uma criança viva*³.

O reconhecimento do momento em que surge o ser humano depende das crenças e costumes de diferentes povos, pessoas e locais, de acordo com

suas fundamentações em princípios de ciência, filosofia e religião. A fecundação do óvulo, com a fusão dos gametas, é o ponto de vista defendido por geneticistas e por algumas religiões cristãs. Entre 12 e 24 horas, ainda no período de fecundação, ocorre a fusão dos pró-núcleos e o surgimento de uma estrutura genotípica que, para alguns, seria o momento preciso do início da vida. Independentemente da precisão da medição se atribui à fertilização do óvulo o ponto zero, do qual se medem todos os eventos até o nascimento. Contudo, há os que se opõem a aceitar que o óvulo fertilizado seja um ser humano: segundo Tanne⁴, 59% dos votantes do Estado do Mississippi, nos Estados Unidos da América (EUA), decidiram que o óvulo fertilizado não é uma pessoa. De acordo com Goldim⁵, há 19 pontos referenciais de reconhecimento da existência do ser humano pela ciência – que podem ser identificados na Tabela 1.

Há um conceito de começo de vida, relacionado com o conceito de morte, que merece menção. O consenso estabelecido pela comunidade científica mundial de morte cerebral ou encefálica é a interrupção definitiva e irreversível da atividade elétrica no cérebro como um todo (fundamentalmente no tronco cerebral). Pensam alguns que se o fim da vida se relaciona com atividade elétrica cerebral, então o começo da vida igualmente se relaciona com o começo da atividade elétrica cerebral. As opiniões divergem sobre o momento exato que, para alguns, acontece com 14 dias de gestação, quando o tecido neural começa a surgir; para outros, com 16 semanas, quando o cérebro já está esboçado anatomicamente; ou para outro grupo, com o desenvolvimento da atividade cerebral, que alguns acreditam ocorrer após o primeiro trimestre da gravidez. Quando ausente, como na anencefalia, não constitui um ser humano⁶.

No entanto, alguns religiosos afirmam que o ser humano não é apenas células e tecidos vivos organizados funcionalmente. Ele teria um elemento a mais, que a ciência não pode alcançar com os métodos que atualmente dispõe: a alma. Algumas religiões perceberam a alma de forma diferente, por não ser totalmente compreendida, explicada ou observada. Os hindus conceberam o atman; os chineses reconheceram o yin e o yang, a alma e o espírito; os egípcios e algumas tribos africanas, o ka e o ba. A alma diferenciaria a espécie humana das outras espécies animais sendo também imortal, isto é, permaneceria viva mesmo após a morte de todos os tecidos orgânicos.

Por conseguinte, o ser humano, em sua totalidade, é constituído por corpo e alma, e esta deve necessariamente ser considerada para sua integri-

dade, sendo, portanto, o ponto de referência para o começo da vida. A religião católica refere que a alma surge já na fecundação⁷; para o Judaísmo, segundo

textos talmúdicos, o feto recebe a alma após 40 dias de gestação, mas segundo Rimon-Zarfaty⁸ a percepção da alma ocorre gradualmente.

Tabela 1. Pontos referenciais de reconhecimento da existência de um ser humano

Tempo decorrido	Característica	Critério
0 min	Fecundação – fusão de gametas	Celular
12 a 24 horas	Fecundação – fusão dos pró-núcleos	Genotípico estrutural
2 dias	Primeira divisão celular	Divisional
3 a 6 dias	Expressão do novo genótipo	Genotípico funcional
6 a 7 dias	Implantação uterina	Suporte materno
14 dias	Células do indivíduo diferenciadas das células dos anexos	Individualização
20 dias	Notocorda maciça	Neural
3 a 4 semanas	Início dos batimentos cardíacos	Cardíaco
6 semanas	Aparência humana e rudimento de todos os órgãos	Fenotípico
7 semanas	Respostas reflexas à dor e à pressão	Sensciência
8 semanas	Registro de ondas eletroencefalográficas (tronco cerebral)	Encefálico
10 semanas	Movimentos espontâneos	Atividade
12 semanas	Estrutura cerebral completa	Neocortical
12 a 16 semanas	Movimentos do feto percebidos pela mãe	Animação
20 semanas	Probabilidade de 10% para sobrevida fora do útero	Viabilidade extrauterina
24 a 28 semanas	Viabilidade pulmonar	Respiratório
28 semanas	Padrão sono-vigília	Autoconsciência
28 a 30 semanas	Reabertura dos olhos	Perceptivo visual
40 semanas	Gestação a termo ou parto em outro período	Nascimento
2 anos após o nascimento	“Ser moral”	Linguagem para comunicar vontades

Reconhecimento do marco inicial da vida humana

Uma das finalidades de reconhecer o começo da vida humana é a de atribuir-lhe direitos: dentre os quais o da vida. No entanto, havendo a delimitação de direito de vida, conseqüentemente se estabelece o direito de morte e, por conseguinte, o direito de destruir células em desenvolvimento. Surgem, então, questões como: por que não abortar, se não está se lidando com seres humanos? Se não for um ser humano, por que me culpar? Qual o prazo para realizar um aborto que me permita agir de forma legal ou moral?

Essas discussões defendem a existência de um ponto referencial a partir do qual um grupamento de células vivas em processo de desenvolvimento se torna um ser humano vivo. É uma interpretação da vida que pressupõe um começo imediato, semelhante ao pressionamento de um interruptor de luz que deixa transparecer, de súbito, a luminosidade ou mantém a escuridão de um ambiente.

Crítica ao modelo que define o início da vida humana

O primeiro ponto a ser considerado sobre o modelo que vem sendo utilizado para estabelecer o início da vida é a sua incompletude. O modelo clássico parte da fecundação do óvulo e excetua todo o processo que antecede a fecundação. Exclui quatro elementos importantes: o homem e a mulher, com toda a complexidade emocional que lhes é inerente; os óvulos maduros e; os espermatozoides. Há o reconhecimento por lei, como a brasileira, de que a pré-concepção deve ser incluída no modelo de reconhecimento da vida, quando essa define não haver ilicitude em abortos de gestações desencadeadas por estupro (art. 128 do Código Penal): então, um ato violento que antecede a fecundação justifica o não reconhecimento dos direitos de um feto. Ou como relata Olson⁹ em relação ao drama da mulher solteira grávida no Sri Lanka, que tem dificuldade para decidir sobre o aborto, pois este é legalmente muito restrito.

O segundo ponto é que a criação de um ser humano é efetuada por um processo, dividido em

Cenário de desenvolvimento da vida humana e reflexões sobre o aborto

etapas, diferentes e progressivas, que dura em torno de nove meses, ao invés de ser um ponto de corte.

Há que se considerar ainda um terceiro ponto: o processo de suporte à vida depois do nascimento. A razão da inclusão deste ponto é que, classicamente, o começo da vida termina no nascimento, como se o ser humano nascesse com a mesma independência de outros mamíferos que dispensam cuidados pós-nascimento para se manter vivos. A ausência deste ponto implica na falha de criação do ser humano e, conseqüentemente, em sua morte.

Proposta de modelo abrangente – teoria do nascimento apropriado

Nascimento apropriado foi o apelido dado ao projeto deste artigo durante o seu desenvolvimento. Tal título tentava representar a ideia de encontrar a melhor solução para o julgamento ante os impasses conceituais provenientes do aborto, tema de difícil solução. Talvez o projeto não propiciasse o surgimento da melhor solução, mas poderia vir a contribuir com um modelo apropriado, sistematizado, que envolvesse todas as fases da reprodução humana que contribuíssem para a análise do assunto.

A estrutura de um modelo completo compreenderia um conjunto composto por três processos no desenvolvimento de um ser humano, que seria tempo dependente e equacionado pelos componentes: *criação do ser humano = pré-fecundação + gravidez + manutenção*. Daí, a fórmula correspondente: $C = Pré-fec + Grav + Manut$. Por fase pré-fecundação entendem-se todos os processos relacionados que antecedem a fecundação e envolvem as ações de indivíduos de sexos diferentes e fisiologicamente aptos ao processo reprodutivo. Por gravidez entende-se o processo que tem início na fecundação do óvulo e termina na expulsão uterina do ser humano. Por manutenção, todo o processo que envolve a criação do novo ser humano até a sua independência.

A análise lógica do modelo ora proposto pode solucionar o problema descrito por Kaposy, referenciado na introdução, acerca dos fracos argumentos das intuições e analogias, pois as fases permitem estabelecer os limites e realizar análises concretas.

A lógica da fórmula

A análise lógica visa identificar as possibilidades de verdade em relação às combinações dos três processos. Definimos fase *pré-fecundação* V pela oportunidade de o óvulo ser fecundado, e F pela inexistência dessa oportunidade; *gravidez* V pela fertilização do óvulo até a expulsão do recém-nascido pelo útero, e F pela fertilização do óvulo, mas sem o nascimento do ser humano vivo; e *manutenção* V pelo recém-nascido vivo atingir a capacidade de sobrevivência independentemente de cuidadores, e F pela morte da criança dependente de cuidadores, por falta de cuidados vitais.

A Tabela 2, composta por quatro colunas e oito linhas, mostra o resultado lógico da tabela verdade. As três primeiras colunas representam os três processos, sequenciais, que envolvem a criação de um ser humano; na última, veem-se os resultados encontrados. Por serem processos sequenciais, o conector lógico adequado para essa análise é o e (\wedge). Nas três primeiras colunas a letra V representa o processo bem-sucedido e a letra F , o mal sucedido. Na coluna de resultados, a letra V representa nascimento vivo e a letra F , que não haverá nascimento.

Por exemplo, na coluna um a pré-fecundação V significa que houve oportunidade da fecundação do óvulo, seguida, na coluna dois, por um processo de gravidez completo que culminou no nascimento de uma criança (V), adequadamente cuidada depois do nascimento (V da coluna três); na linha dois, a oportunidade da fecundação resultou em gravidez (V da coluna um) e houve o nascimento com vida (V da coluna dois), mas o recém-nascido foi abandonado e não sobreviveu (F da coluna três); na quarta

linha, houve oportunidade de fecundação (V da coluna um), houve a gravidez, mas essa não se completou (F da coluna dois) – combinação que corresponde ao aborto; na linha oito, ocorreu a ovulação, mas o óvulo não foi fertilizado (F nas três colunas).

As linhas três, cinco, seis e sete foram excluídas da análise lógica por não se adequarem ao problema, haja vista que as linhas três e sete corresponderiam à adoção, e as linhas cinco e seis seriam impossíveis, pois nenhuma gravidez ocorre sem a oportunidade da fertilização do óvulo.

Tabela 2. Tabela verdade que envolve a pré-fecundação, gravidez e manutenção da vida pós-parto

	Pré-fec	Grav	Manut	F^ G^ M
1	V	V	V	V
2	V	V	F	F
3	V	F	V	Não se aplica
4	V	F	F	F
5	F	V	V	Impossível
6	F	V	F	Impossível
7	F	F	V	Não se aplica
8	F	F	F	F

Observações e conclusões obtidas da fórmula e da tabela verdade

Verifica-se que a única opção para a criação de uma nova vida é haver a fecundação do óvulo, seguida pela gravidez e manutenção da vida (primeira linha). A falta de manutenção da vida após o nascimento resulta em morte (segunda linha). Por consenso, considera-se essa situação criminosa. A linha quatro representa a fertilização do óvulo sem que a gravidez chegue ao fim e corresponde ao aborto.

É fundamental registrar que o vocábulo aborto está sendo tomado em sentido literal, dicionarizado, tendo os significados de não se desenvolver, não ter êxito, não ser bem-sucedido, falhar – e por isso se ajusta a não fecundação do óvulo. Tratar-se-ia, então, de um aborto por omissão. Assim, a não fecundação do óvulo (linha oito) se iguala ao resultado

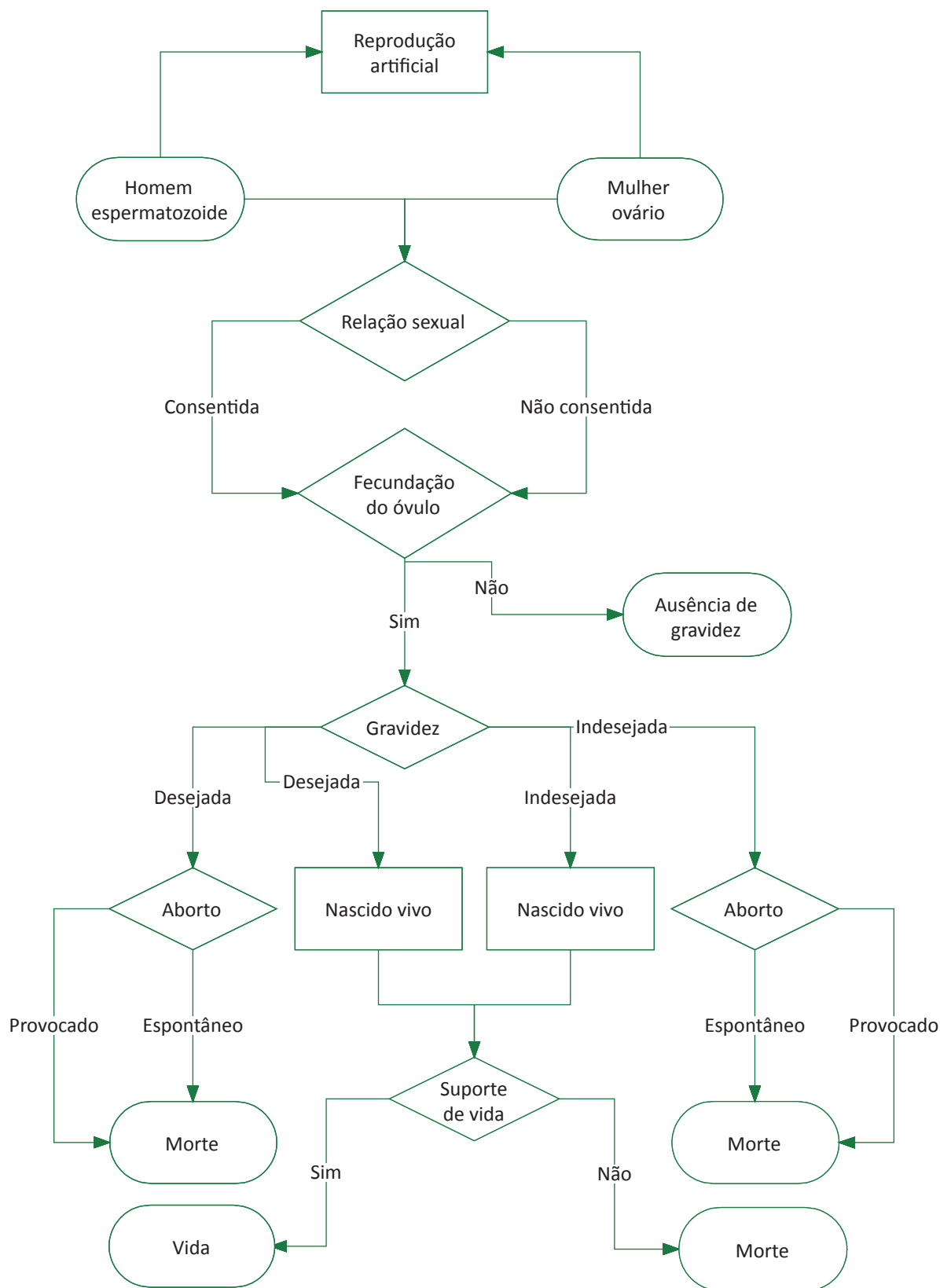
do aborto (linha quatro), haja vista que ambos não criam nova vida. Tal raciocínio indica a existência de três tipos de aborto: por omissão, espontâneo e induzido. Equacionando-se o problema a partir desses três processos sequenciais, observa-se que para o resultado final não importa o momento do reconhecimento do surgimento de nova vida humana antes do nascimento (se antes ou depois de qualquer momento predeterminado), pois tal convenção não modificará o resultado final.

Pode-se inferir que o início do processo de desenvolvimento da vida ocorre com a relação sexual em época que coincide com a maturação dos óvulos. Porém, o fator mais importante é o óvulo que se transforma em embrião e, depois, feto – pois é o ponto central de todos os acontecimentos e existe antes de sua fertilização. Sendo o óvulo o centro do processo, a mulher passa a ser o comando central que determina sua vida ou morte.

Para alguns opositores dessa teoria, o óvulo é apenas uma célula viva e não constitui vida viável. A resposta é que não importa se um óvulo ainda não constitui vida viável, a natureza e o tempo se encarregam de transformá-lo em tal. O que importa é a potencialidade que somente o óvulo possui de produzir um ser humano. Entretanto, o tempo não pode ser ignorado nesta equação e deve ser considerado nas três etapas como importante fator de desenvolvimento. Assim, verifica-se que os elementos necessários para a criação de nova vida são o corpo de uma mulher, o óvulo, os espermatozoides e o tempo.

Classificando-se o desenvolvimento da vida em três processos sequenciais pode-se esquematizar a criação de novas vidas com a figura a seguir, com todas as situações possíveis na criação de nova vida humana, exceto a reprodução artificial que possui algumas diferenças não representadas no esquema:

Figura 1. Fluxograma das fases de desenvolvimento de nova vida humana



Descrição e análise funcional do processo

O começo se dá com a predisposição biológica da mulher em manter relações sexuais com um homem. As relações sexuais podem ser classificadas em consentidas, por manifestação de desejo, ou obrigadas e violentas – como no estupro. Quando consentidas, pode ser com intenção de reprodução, por necessidade fisiológica ou, então, emocional – como, por exemplo, uma manifestação de carinho. Se não houver relação sexual, uma vida em potencial é perdida.

A natureza desencadeia o mecanismo de reprodução quando libera o óvulo maduro do ovário, pois é essa estrutura celular *que* carrega consigo todas as propriedades para desenvolver nova vida. Na mulher a maturação do óvulo acontece aproximadamente uma vez por mês, durante o período fértil de sua vida, compreendido entre a menarca e a menopausa. Depois de maduro, o óvulo é liberado do ovário e segue o trajeto em direção ao útero, passando pela trompa de Falópio. Nesse caminho, se encontrar um espermatozoide existe a possibilidade de fertilização; se não, sua morte está decretada. Ao ocorrer a fertilização do óvulo inicia-se a gravidez. Caso contrário, ao chegar no útero, a falta da produção de hormônios decorrentes do início da gravidez desencadeia um processo de descamação das células endometriais e de expulsão ovular. Portanto, a fecundação natural do óvulo depende, por um lado, da união sexual entre mulheres e homens e, por outro, da natureza.

Após a relação sexual o processo naturalmente passa ao controle da natureza. No entanto, pela ânsia do homem em dominá-la, esse processo pode interferir e vir a modificar a forma de fertilização, dispensando a relação sexual e fertilizando o óvulo *in vitro* – possibilitando, assim, a criação de uma vida que não poderia acontecer pelo mecanismo natural. O homem pode interferir, ainda, alterando o rumo da gravidez natural, destruindo-a.

Cabe à natureza selecionar um espermatozoide, dentre milhões, para inocular o óvulo, implantar o óvulo fecundado no útero e desenvolver os hormônios e nutrientes necessários para a formação do ser humano. Se houver erro, muitas vezes a natureza se dá ao direito de abortar o processo, expulsar o embrião malformado sem deixar sequelas uterinas, perdoar seu erro cometido e recomeçar novo ciclo. Com o aborto espontâneo a natureza não destrói a capacidade de a mulher transmitir seu conteúdo genético na próxima ovulação. A maior perda consequente ao aborto é a combinação genética que, pe-

las leis da aleatoriedade, é praticamente impossível repetir-se exatamente igual. Contudo, esse efeito pode ser benéfico, pois uma segunda chance pode corrigir o erro que desencadeou o aborto quando esse for de origem genética.

Para muitos mamíferos a maturação dos óvulos é indicação de proliferação da espécie. A natureza se encarrega de transformar os corpos das fêmeas desses animais, preparando-as para o acasalamento. A partir do acasalamento surgem as novas vidas. Na espécie humana as oportunidades de reprodução são maiores, pois a ovulação acontece mensalmente, em torno de 28 dias. Se hipoteticamente considerarmos o período de 35 anos de fertilidade da mulher (dos 15 aos 50 anos), e que durante esse período ela não teve filhos, o número de ovulações seria de aproximadamente 420.

Para oportunizar a fecundação de todos os óvulos a mulher deveria ter filhos regularmente no mesmo ritmo da produção ovular? A resposta parece ser não, pois não se observa esse comportamento. Analisando o fato coletivamente, cada mulher, durante sua existência, idealmente deveria produzir dois filhos para manter numericamente estável a população mundial: um para substituí-la e outro para substituir o seu par, quando ambos morrerem. No entanto, não há essa constância teórica, mas sim variabilidade, cujo ponto de referência central costuma ser a média. Por isso, as mulheres devem manter a média de dois filhos. Valores pouco acima da média predisõem ao crescimento populacional; e abaixo, ao declínio da população. Portanto, a forma com que as mulheres tratam os seus óvulos é de interesse de toda a humanidade. Podemos ilustrar a importância da fecundação do óvulo com o seguinte exemplo, que ilustra a obrigação moral da mulher com a manutenção da espécie: uma ilha deserta passou a ser habitada por dois casais de naufragos – e nessa história não há perspectivas de imigração de outras pessoas. Para manter a vida, devem produzir filhos. Se, por qualquer motivo, os óvulos nunca forem disponibilizados para fecundação, a vida desaparecerá com a morte dos casais. A fertilização dos óvulos, nesta circunstância, é vital para a sobrevivência da espécie humana naquela ilha.

No nosso exemplo, a mulher que dá à luz a dois filhos desperdiçaria cerca de 418 óvulos. O que equivale a dizer que terá o mesmo efeito de 418 abortos por omissão. Mas, seriam esses desperdícios abortos por omissões, criminosos? Provavelmente não, pois nem sempre existe o ambiente humano favorável para a reprodução. Por ambiente humano referimos existir o parceiro adequado,

Cenário de desenvolvimento da vida humana e reflexões sobre o aborto

isto é, aquele que se mostra cúmplice para efetivar o processo de criação de novo ser humano; que o casal possua condições financeiras suficientes para garantir o bom desenvolvimento do período de gravidez, com preparo emocional adequado, e que ofereça suporte depois do nascimento.

Impedir a fecundação do óvulo na ausência de ambiente humano pode ser um ato responsável que impedirá sofrimentos para os próprios criadores, para o ser criado e para a sociedade. Contudo, independentemente das condições disponibilizadas para a reprodução, parece que a natureza castiga a mulher a cada óvulo não fecundado, desencadeando o sofrimento da menstruação. Para muitas mulheres o período menstrual começa com os sintomas da tensão pré-menstrual (TPM), caracterizada por irritabilidade, ansiedade, dor nos seios, distensão abdominal e cefaleia; depois, não bastando a TPM, por cólicas menstruais. Se não for interpretado como castigo, pode sê-lo como um ritual de luto. Qualquer que seja a interpretação, a direção será para a perda, nunca para comemoração.

Interferências da natureza e dos seres humanos no desenvolvimento da vida humana

Sendo a criação do ser humano um conjunto formado por três subconjuntos, com a participação de forças da natureza e humanas, podemos mapear estas decisões da seguinte maneira:

Processo para a fecundação

1. Decisão humana – homem e mulher manterem ato sexual;
2. Decisão humana – usar meio de prevenção de gravidez;
3. Decisão humana – preparo do casal para assumir uma possível gravidez;

Processo de gravidez

4. Força da natureza (às vezes, intervenção do homem) – fecundação do óvulo;
5. Força da natureza – desenvolvimento da gravidez;
6. Força da natureza – aborto espontâneo;

7. Decisão humana – aborto provocado;
8. Decisão humana – manter cuidados pré-natais;
9. Decisão humana – não interferir negativamente no desenvolvimento da gravidez por meio de uso de drogas, lícitas ou ilícitas, que afetam o desenvolvimento fetal, como o tabaco, maconha, cocaína, excesso de álcool, anoréticos e outras;
10. Decisão humana – tipo de parto;

Processo de manutenção

11. Força da natureza e comportamento humano – criança saudável;
12. Decisão humana – suporte de alimentação, cuidados especiais e educação.

O desenvolvimento da ciência está fornecendo cada vez mais poder ao homem para interferir sobre os cursos dos fenômenos naturais. Esse poder pode ser usado para construir ou destruir, conforme a intenção de quem o usa. Em última instância, as decisões humanas de interferir no processo de desenvolvimento do ser humano são da mulher, que as toma de acordo com as circunstâncias que as cerca. Porém, essa é questão que envolve a todos: mulheres, homens, profissionais de saúde, comunidades, governantes e igrejas. Por isso, conclui-se ser justo compartilhar com todos os envolvidos as responsabilidades e as consequências dos atos cometidos, aperfeiçoando o sistema legal e ético de comportamento humano^{10,11}.

Características marcantes da teoria

As conclusões descritas neste tópico não envolvem julgamentos éticos, pois estão direcionadas somente ao modelo lógico proposto. No tópico seguinte será apresentado um roteiro inserido na teoria desenvolvida para a análise ética.

Considerar o começo da reprodução humana a partir da fertilização do óvulo resulta em avaliação parcial do processo de criação do ser humano pela exclusão das fases que a antecedem e das seguintes. As discussões sobre o momento do reconhecimento, pelo homem, de um novo ser humano não interferem no resultado final do processo de criação da vida humana e, portanto, é de pouco significado

prático para tomadas de decisões sobre a interrupção de vida.

No processo de desenvolvimento do ser humano o aborto induzido e a não fertilização do óvulo possuem o mesmo resultado final: nenhum produz um novo ser. Esse argumento permite à mulher o direito de escolha de criar uma nova vida e justifica a realização do aborto. No entanto, deve-se atentar para o lado negativo da interpretação deste achado, que pode ser extremista ao justificar o direito de realizar aborto rotineiramente por qualquer interesse como, por exemplo, na seleção do sexo, que, embora proibido por lei, ocorre na Índia e China ^{12,13} e em menor proporção no Oeste Europeu e Norte América ¹⁴.

Além desse cuidado, há os riscos do aborto que incluem a própria vida da gestante. Ravidran ¹⁵ refere que 13% dos abortos são seguidos de morte, sendo que o maior número é decorrente de abortos realizados por pessoas desqualificadas e em locais impróprios – o que chamou de aborto não seguro. Ou, então, dos riscos de morbidades como infecções e iatrogenias ¹⁶ que se seguem por infertilidade. A interpretação aparentemente mais equilibrada ante o envolvimento com a morte de uma vida em processo de formação é que em casos de necessidades comprovadas o aborto não seria um ato criminoso e, conseqüentemente, aliviaria o sentimento de culpa de quem o cometeu ¹⁷. Porém, para tanto, seria necessária uma regulamentação legal e assistência especializada ^{18,19}.

A criação de um novo ser humano é realizada com a participação do ser humano e da natureza em atividades complementares. O comportamento da natureza segue um modelo histórico e padrão; o comportamento do ser humano é motivo para a existência da ética. Segundo a teoria principialista, os argumentos éticos a serem discutidos para a criação do ser humano poderiam assim ser direcionados:

1. Autonomia – decisão da mulher em escolher o parceiro adequado, que lhe dê suporte na criação de um novo ser, bem como de escolher o momento adequado no tempo, e as circunstâncias favoráveis. Após iniciado o processo, o casal se tornaria responsável por seus atos. Sugere-se a leitura do artigo de Leon Correa ²⁰;

2. Beneficência – todas as ações dirigidas à criação da vida, ao bem-estar dos pais e da sociedade;
3. Não maleficência – considerar os pais, o novo ser humano e a sociedade. Considerar nas discussões a possibilidade de aborto provocado, como nos casos excepcionais devidos a erros da natureza ou do ser humano, pois há suporte lógico para tanto. Posições extremadas costumam ser mais danosas;
4. Justiça – criar um ser humano para constituir uma família feliz e para interagir beneficentemente com a sociedade. Considerar o princípio da equidade, definido como “a cada um conforme suas necessidades”.

Não é possível a existência de uniformidade de pensamento na época em que vivemos. Muito temos que aprender! Por isso, não se espera deste artigo uma resposta. Excluindo os que não possuem opinião formada sobre o aborto provocado, há três pensamentos e atitudes a eles associadas que, em linhas gerais, enfeixam os conjuntos de moralidades que pautam as posições sobre a questão: 1) Os que abominam o aborto em qualquer situação; 2) Os que liberam totalmente o aborto, e não se opõem a que seja usado até mesmo como método anticoncepcional; 3) Os que admitem o aborto em graus variáveis de intensidade, assim como ocorre na natureza no aborto espontâneo. Em algum dos três devemos nos enquadrar; por isso, é necessário que cada indivíduo dispense tempo para analisar o assunto de forma global e interaja eticamente com a comunidade que convive.

Para os que aceitam o aborto, a autonomia da mulher em manter ou não a gravidez tende a prevalecer sobre as demais. Não havendo segurança e determinação da mulher sobre a atitude a tomar, se propõe a análise ética do caso com a finalidade de auxílio à tomada de decisão. Os elementos a serem discutidos envolvem a mulher, o homem e a sociedade, o aspecto afetivo e financeiro, ponderando tanto a vida quanto o aborto, conforme esquematizado na Figura 2. Tal esquema não visa estabelecer uma graduação que alcance o ideal para transcorrer uma gravidez, mas um valor mínimo a partir do qual uma nova vida se torne digna de ser vivida.

Cenário de desenvolvimento da vida humana e reflexões sobre o aborto

Figura 2. Esquema matricial dos itens possíveis de serem avaliados eticamente, auxiliares na tomada de decisão. Cada item enumerado corresponde a uma ponderação ética.

Autonomia					
Decisão voluntária da mulher					
Suporte psicológico profissional					
	Tomada de decisão				
	Depois da decisão				
		Vida		Aborto	
Suporte		Afetivo	Financeiro	Afetivo	Financeiro
Beneficência					
Felicidade					
	mulher	1	13	25	37
	homem	2	14	26	38
	novo ser	3	15	27	39
Integração social					
	mulher	4	16	28	40
	homem	5	17	29	41
	novo ser	6	18	30	42
Maleficência					
Sofrimento					
	mulher	7	19	31	43
	homem	8	21	32	44
	novo ser	9	21	33	45
Desintegração social					
	mulher	10	22	34	46
	homem	11	23	35	47
	novo ser	12	24	36	48
Justiça	Equidade	49			

No entanto, o processo exige, ainda, a delimitação do tempo no qual a mulher tem o dever de decidir sobre o destino da concepção em andamento. Essa delimitação precisa ser convencionalizada pela ciência e pela sociedade, sendo fruto da reflexão de dimensão coletiva, estimulada pelas instituições de classes médicas, universidades e o próprio governo.

O limite seria o alcance da viabilidade fetal, mesmo que para manter a vida seja necessário utilizar todos os recursos médicos disponíveis. Em paralelo, na permanência de dúvida prolongada da mãe, a melhor opção é prevalecer a vida. Assim, diante da impossibilidade de a atitude dos seres humanos sempre resultar no bem, a frequência de erros será menor.

Referências

1. Janvier A, Okah F, Farlow B, Lantos JD. An infant with trisomy 18 and a ventricular septal defect. *Pediatrics*. 2011;127(4):754-9.
2. Kaposy C. Two stalemates in the philosophical debate about abortion and why they cannot be resolved using analogical arguments. *Bioethics*. 2012;26(2):84-92.
3. World Health Organization. Health statistics and health information systems World Health Organization [Internet]. [atualizado 2012; acesso 22 fev. 2012]. Disponível: <http://www.who.int/healthinfo/statistics/indneonatalmortality/en/>
4. Tanne JH. Mississippi voters decide fertilised eggs are not people. *BMJ*. 2011;343:d7313.
5. Goldim JR. Início da vida de uma pessoa humana. 1997 [atualizado 29 abr. 2007; acesso 22 fev. 2012]. Disponível: <http://www.bioetica.ufrgs.br/inivida.htm>
6. Valenzuela CY. Scientific ethics of the abortion with anencephalic fetus. *Rev Med Chil*. 2011;139(9):1235-9.
7. Pastor LM. Ethical analysis and commentary of Dignitas personae document: from continuity toward the innovation. *Cuad Bioet*. 2011;22(74):25-46.

8. Rimon-Zarfaty N, Raz AE, Hashiloni-Dolev Y. When does a fetus become a person? An Israeli viewpoint. *J Fam Plann Reprod Health Care*. 2011;37(4):216-24.
9. Olsson P, Wijewardena K. Unmarried women's decisions on pregnancy termination: qualitative interviews in Colombo, Sri Lanka. *Sex Reprod Health*. 2010;1(4):135-41.
10. Norris A, Bessett D, Steinberg JR, Kavanaugh ML, De Zordo S, Becker D. Abortion stigma: a reconceptualization of constituents, causes, and consequences. *Womens Health Issues*. 2011;21(3 Suppl):S49-54.
11. Mizuno M. Confusion and ethical issues surrounding the role of Japanese midwives in childbirth and abortion: a qualitative study. *Nurs Health Sci*. 2011 ;13(4):502-6.
12. Nie JB. Non-medical sex-selective abortion in China: ethical and public policy issues in the context of 40 million missing females. *Br Med Bull*. 2011;98:7-20.
13. Nie JB. Limits of state intervention in sex-selective abortion: the case of China. *Cult Health Sex*. 2010;12(2):205-19.
14. Macklin R. The ethics of sex selection and family balancing. *Semin Reprod Med*. 2010;28(4):315-21.
15. Ravindran J. Unwanted pregnancy: medical and ethical dimensions. *Med J Malaysia*. 2003;58 Suppl A:23-35.
16. Adinma JI, Adinma ED, Ikeako L, Ezeama C. Abortion treatment by health professionals in south-eastern Nigeria. *J Obstet Gynaecol*. 2011;31(6):529-32.
17. Wiebe E, Najafi R, Soheil N, Kamani A. Muslim women having abortions in Canada: attitudes, beliefs, and experiences. *Can Fam Physician*. 2011;57(4):e134-8.
18. Pignotti MS. The Italian law on termination of pregnancy (194/1978). Should it be revised? The palliative care option. *Recenti Prog Med*. 2007;98(12):607-10.
19. Hedayat KM, Shooshtarizadeh P, Raza M. Therapeutic abortion in Islam: contemporary views of Muslim Shiite scholars and effect of recent Iranian legislation. *J Med Ethics*. 2006;32(11):652-7.
20. Leon Correa FJ. The abortion from bioethics: autonomy of woman and physician? *Cuad Bioet*. 2010;21(71):79-93.

